TRIBUNA FEIRENSE

Compromisso com a verdade

www.tribunafeirense.com.br | FEIRA DE SANTANA, SEXTA-FEIRA 12 DE FEVEREIRO DE 2016 | ANO XVI - Nº 2.570 | R$ 1

ATENDIMENTO (75)3225-7500

Professores entram em greve

Profissionais da educação pressionam município pelo cumprimento da lei federal que diz que só dois terços da carga horária devem ser cumpridos em "atividades de interação com os educandos". O sindicato alega que é preciso tempo para planejar e corrigir exercícios. Prefeitura diz que é impossível implantar a medida de uma só vez.

2

Governo decide seguir com BRT

O prefeito José Ronaldo decidiu finalizar com recursos próprios a construção da trincheira na Maria Quitéria e as estações na Getúlio Vargas, caso não consiga reverter a decisão judicial que mandou suspender o financiamento da obra através da Caixa.

5

Um mês para tirar cartão que garante ônibus a R$ 3,10

2

Professores entram em greve pedindo redução de tempo em sala de aula

Professores presentes à assembleia foram unânimes ao aprovar a greve

GLAUCO WANDERLEY

Com o objetivo de arrancar do governo o cumprimento da lei federal que determina que o tempo máximo do professor em sala de aula será de dois terços da carga horária, os docentes da rede municipal de Feira de Santana entraram em greve nesta quinta (11), após assembleia convocada pelo sindicato APLB.

Segundo a diretora da entidade, Marlede Oliveira, mais de 500 profissionais participaram da assembleia, na qual a greve foi aprovada por unanimidade. Com a decisão, o ano letivo que começaria no mesmo dia não foi iniciado.

O sindicato alega que os professores precisam de um terço da carga horária reservada para atividades como planejamento e correção de provas e exercícios passados aos alunos.

"Professor corrige atividade dos estudantes em casa, professor prepara aula. Então os professores estão vivendo zumbi. E quem trabalha 40 horas, de manhã e de tarde? À noite é pra fazer essas atividades. E não é correto. A lei não permite isso, só que o governo municipal não vem respeitando", protesta a sindicalista.

MAIS 600 PROFESSORES

A secretária de Educação do município, Jayana Ribeiro, disse que a prefeitura aceita adotar a reserva da carga horária, mas não pode concedê-la a todos ao mesmo tempo. Pelas contas do município, seriam necessários 600 novos professores para implantar a medida. A sugestão de Jayana é que a reserva comece com os professores das escolas maiores. Ela estima que em dois anos seria possível incluir todos. O sindicato quer que o benefício chegue para todos de uma vez.

O governo criou em 2014 uma comissão com representação da própria APLB e das secretarias de Educação, Fazenda e Administração. Após meses de trabalho, finalizado no ano passado, a conclusão foi que, se concedida a reserva de carga horária de uma só vez, o município iria ultrapassar o limite de gastos de 54% com pessoal, determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o relatório mais recente do Tribunal de Contas dos Municípios, em 2014 Feira de Santana gastou 50,78% da receita corrente líquida com o pagamento de pessoal.

A reserva da carga horária implica que um professor de 20 horas ficará 14 em sala de aula e um de 40 ficará 28. De acordo com a secretária Jayana, os 600 novos profissionais necessários para suprir os horários em que os alunos ficariam sem professor custariam aos cofres públicos cerca de R$ 1,5 milhão por mês e R$ 20 mihões no ano.

Embora tenha participado da comissão, o sindicato afirma que o município não formalizou uma proposta. A secretária Jayana diz que a APLB discordou dos cálculos e prometeu apresentar alternativa, o que nunca aconteceu. Teria sido esta a razão para que o governo não lançasse uma proposta definitiva, mas prometeu que fará uma "muito em breve", elaborada em conjunto com as secretarias de Fazenda e Administração.

15% DE GRATIFICAÇÃO

Outro ponto que gera divergência entre as partes é a gratificação que os professores recebem por não terem a reserva de um terço da carga horária. Eles ganham 15% a mais no salário como forma de compensação, pelo tempo extra que terão que gastar em atividades fora da sala de aula, além da carga horária normal.

A prefeitura entende que no momento em que eles tiverem a redução de horas, não farão mais jus a este acréscimo no salário. A APLB quer que a gratificação continue a ser paga.

De acordo com Jayana, a reserva de carga horária já é praticada para os professores do Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série), faltando apenas implantar no Fundamental I e Educação Infantil que são os alunos menores, que têm um único professor para todas as disciplinas.

Feirenses que não tiverem cartão terão de pagar o mesmo valor do coletivo de Salvador

LANA MATTOS

Os usuários do transporte público têm menos de um mês para fazer o cartão do sistema Via Feira, se não quiserem pagar o mesmo valor da passagem de ônibus coletivo de Salvador. A partir de 10 de março a tarifa será R$ 3,30 para os desavisados, que pagarem em dinheiro. Já os portadores do cartão continuam a pagar R$ 3,10.

"Eles não podem penalizar pessoas que pegam ônibus duas ou três vezes por semana", que, para não pagarem R$ 0,20 a mais, "têm que se submeter à fila para fazer o cartão", defende a professora Rosana Moreira. "Eu acho que isso é uma imposição desnecessária". Ela opina que todo mundo tem que ter a liberdade de fazer ou não o cartão.

Maria Brito Lima, operadora de caixa, concorda que o cartão não deveria ser obrigatório para pagar a tarifa menor. "A pessoa se sente lesada", resume, acrescentando que "em Salvador, se você entrar em um ônibus, você roda, aqui em Feira de Santana nem tão longe são" [os destinos].

Conforme o secretário de Transporte e Trânsito, Pedro Boaventura, a diferença nos valores serve para incentivar o uso do cartão. E enxerga vantagens do sistema local em relação ao da capital. "Será que Salvador tem 272 ônibus zero quilômetro, com toda a tecnologia que está sendo implantada?".

Boaventura ressalta que o edital que encontrou já aprovado ao assumir a secretaria em setembro, "passou pela Procuradoria Geral do Município, Ministério Público, por audiências públicas, por todos os crivos na área de Direito". Para ele, como não houve contestação, "o Decreto nº 9.845, de 18 de janeiro de 2016 foi feito com base no edital". Mesmo assim ele cogita a possibilidade de "lá adiante o prefeito adiar a entrada em vigor dessa tarifa de R$ 3,30". O objetivo ao incentivar o uso do cartão, segundo o secretário, é "fazer com que o dinheiro vivo deixe de circular nos ônibus e com isso evitar assaltos". Segundo ele o método é aplicado em outras cidades brasileiras.

O digitador Elimar Oliveira concorda: "Isso pode ajudar a evitar a violência". O serviço também almeja agilizar o transporte, já que menos operações serão feitas dentro do ônibus, referentes à contagem de dinheiro e troco.

Maria Lima aprova a gradual extinção dos vales-transportes em papel pois, segundo ela, o fato de os tickets terem uma cor para cada mês confundia os compradores, que muitas vezes não sabiam qual estava mesmo valendo.

Os vales-transportes serão aceitos até o próximo dia 20, mas como a mudança é gradativa, se necessário o prazo será prorrogado, segundo Jefferson Carlos Evangelista, supervisor de atendimento da Via Feira, responsável pela confecção do produto.

O cartão é confeccionado no Terminal Central, no início da Rua Olímpio Vital e fica pronto na mesma hora. Evangelista conta que a primeira via será sempre gratuita, já a segunda custa R$ 15. Os documentos necessários para fazer o cartão Via Feira na categoria social são RG e CPF.

A maior vantagem, para ele, é a integração, já que dentro de uma hora a pessoa pode pegar mais de um ônibus, mesmo fora dos terminais, e será debitada apenas uma passagem, serviço que já está funcionando.

Conforme o supervisor, as empresas estão buscando locar espaços em locais de grande fluxo de pessoas, onde farão outros pontos de cadastramento do cartão.

Mais de 10 mil pessoas já fizeram o cartão Via Feira Social até agora e mais de 11 mil cartões estudantis foram confeccionados.

Estudantes e portadores de deficiência

O cartão estudantil está sendo feito no Ginásio Municipal de Esportes, Rua Aloísio Resende, no Centro. O prazo para revalidação vai até o dia 31 de março. Como pagam meia-passagem, os estudantes não terão o benefício do bilhete único durante uma hora de percurso.

O cartão Via Feira Especial, para portadores de deficiência, começou a ser confeccionado na quinta-feira (11), na Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT). O recadastramento pode ser feito até dia 30 de junho, das 7h às 11h30, sendo 200 senhas por dia. Os documentos solicitados são original e xerox do RG, comprovante de residência e relatório médico de Feira de Santana com o número da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Quem vai fazer o cartão pela primeira vez deve comparecer à tarde (de 14h às 17h) e além dos documentos citados, levar uma foto.

Com a extinção do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Feira de Santana (Sincol), a Via Feira confecciona o Cartão Social no próprio Terminal Central

Glauco Wanderley

redacao@tribunafeirense.com.br

A solução que virou problema

Sílvio Tito

Detalhe da obra de construção de trincheira na Maria Quitéria, em frente ao Feira Palace Hotel

Como foi que um modelo mundialmente aceito como alternativa viável e eficaz para melhorar o transporte coletivo (BRT) virou problema em Feira de Santana? Como foi que a promessa de solucionar um dos problemas mais graves da cidade - o transporte coletivo - virou um transtorno para o prefeito e para a população? Não foi por obra da oposição e sim do governo.

De fato, a cidade não tinha antes do BRT um plano diretor atualizado, muito menos de mobilidade. Mas tem razão o governo municipal quando diz que se dependesse de plano diretor, não se faria Nóide Cerqueira, duplicação do Anel de Contorno, nem qualquer outra intervenção de grande porte, onde pode-se inserir até mesmo a ótima revitalização da Lagoa Grande; ou, mudando o foco da argumentação, o estado não poderia fazer metrô na Paralela em Salvador.

Também tem razão o governo municipal quando alega que se o plano diretor estivesse novinho, fosse por exemplo de 2011, nada diria sobre BRT ou similares, pois a linha de financiamento só foi oferecida pelo governo federal em 2012 (embora um plano diretor, ainda que não previsse BRT, poderia antecipadamente traçar vetores e diretrizes de transporte coletivo que norteassem decisões futuras).

Mas justamente porque não havia uma diretriz e sabendo-se que a intervenção era de grande porte, o debate tinha que ser franco e aberto com a comunidade. Ao invés do diálogo, decretou-se que grande parte do projeto seria na Getúlio Vargas. Numa cidade carente tanto de beleza quanto de verde, o sentimento de rejeição foi imenso e este sentimento sustentou boa parte da objeção ao BRT (sem contar que o governo primeiro dizia que não tiraria árvore alguma, porque os veículos passariam do lado direito da via. Depois, novamente sem explicações, a pista exclusiva passou a ser pelo canteiro central, quando então juraram que poucas árvores sairiam).

O que o governo fez não foi diálogo. Foi apresentação do projeto a segmentos da sociedade. Audiências públicas só foram marcadas por pressão dos ministérios públicos, estadual e federal. Mal divulgadas, como não poderia deixar de ser, já que marcou-se numa semana para acontecerem na seguinte.

As audiências foram em horário comercial, uma na segunda outra na quarta, nas vésperas do Natal e, sobretudo, novamente, foram apenas apresentações de um projeto que já estava pronto, sem margem para discussão.

O traçado, ponto fundamental, estava definido. Até mesmo o trabalho da empresa Prisma, que fez o projeto executivo, foi mais de endossar a decisão da prefeitura do que de estudar e projetar a melhor alternativa. Foi o que admitiu seu diretor, Marco Diniz, em entrevista que me concedeu ao fim de uma das duas audiências públicas de dezembro de 2014.

"Vocês, como empresa contratada, foram contratados para planejar o BRT já dentro deste trajeto?", perguntei.

"Sim, é, é. Essa carta consulta se iniciou na gestão ainda anterior à atual. E lá foi de certa forma idealizado um sistema operacional e submetido a análise e aprovação da Caixa, onde os técnicos analisaram, verificaram a procedência do estudo e aprovaram o empréstimo. A Prisma se inseriu neste processo depois disso. A empresa foi contratada para detalhar aquilo que a carta-consulta preconizava e detalhar esses estudos em projetos executivos de engenharia e também naquilo que a gente chama de sistema operacional e funcional", explicou o diretor da empresa.

"Ou seja, vocês então não elaboraram o trajeto, mas trabalharam em cima de um trajeto já aprovado na Caixa e Ministério das Cidades?", insisti.

"Sim nosso trabalho foi verificar inicialmente se esse trabalho estava correto. Verificamos que sim, tinha total consistência técnica, que colocava ele como realmente correto", reconheceu Marco.

Correto ou não, o BRT já não é o que deveria ser, pois seja qual for o desfecho da novela, para o prefeito, em termos de popularidade, tem até aqui efeito contrário ao pretendido. E em que medida servirá para a população, ainda não é possível saber.

Um terço para quê?

"Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos". É o que diz - é só o que diz - a lei 11.738/2008, cuja finalidade, aliás, era estabelecer piso salarial nacional. Nada sobre o que fazer com o terço sem "interação com os alunos".

Na lei não consta nem mesmo o termo "reserva", que a APLB vem usando, dando uma conotação de que o tempo seria utilizado em planejamento de aulas. É terreno fértil para que o terço "sem interação" vire "folga". Portanto, que a prefeitura estabeleça critérios bem claros e úteis, para começar a conceder este benefício aos professores do município.

De acordo com a secretaria de Educação, no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), a reserva já acontece há muitos anos.

Pelos resultados que o município obtém nas avaliações do Ministério da Educação, não faz diferença nenhuma, pois o Fundamental II ainda é ligeiramente inferior ao Fundamental I.

Em uma escala que vai do zero ao 10, a meta do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para 2013 na rede municipal de Feira de Santana era 3,9 nas séries INICIAIS. A nota ficou em ridículos 3,4.

A meta para as séries FINAIS (o Ensino Fundamental II), onde os professores já contam com a reserva era 3,7. Já era muito baixa. Mas a nota foi ainda pior: só 3,1.

Após dois meses

A Câmara municipal, cuja última sessão foi em 15 de dezembro, retoma o trabalho na próxima segunda-feira, dia 15 de fevereiro, às 8:30. O prefeito José Ronaldo vai discursar na reabertura.

Hospital ainda é um sonho

Registramos nesta coluna na edição anterior que ao citar hospitais em seu discurso na Assembleia Legislativa o governador Rui Costa falou em reforma do Clériston, não mais em construção de um novo. Era o texto oficial, distribuído à imprensa. Mas segundo o deputado estadual e líder do governo, ao falar, Rui foi além do que estava escrito e de improviso, virou-se para ele e avisou: - Zé Neto, não se preocupe porque em Feira vamos dar prioridade a um novo hospital! - e ressaltou que queria começar a construir ainda no ano passado, mas não foi possível, por falta de verba, que afirma continuar a perseguir.

Viaduto sai este ano

É ano eleitoral e se Wagner entregou a Nóide Cerqueira sem viaduto às vésperas do pleito de 2014, é de se esperar que o viaduto que complementa a obra e deveria estar lá desde o começo, seja entregue antes de outubro. Segundo Zé Neto, é o que vai acontecer. Quem passa pela BR 324 e vê o estágio embrionário pode duvidar, mas o deputado garante que logo a obra estará pronta, antes até do fim do semestre.

Carnaval é da prefeitura

O interior é relegado a segundo plano por ser interior e agora mais, porque o governador e o prefeito da capital já ensaiam a disputa de 2018 pelo Palácio de Ondina. Nem adianta a gente sonhar em ter a mesma atenção aqui, onde eles acham que é roça.

Agora não adianta também Rui Costa querer ser protagonista do Carnaval. Corre risco de desperdiçar recurso público nesta disputa com ACM Neto. Carnaval é associado à prefeitura, seja bom ou seja ruim.

Folião não quer saber quem foi que botou na rua o trio sem corda, a Ivete, o Bell nem ninguém, mas se perguntarem é mais fácil dizer que foi o prefeito, mesmo quando a atração foi paga pelo pelo estado (embora, segundo o governador, tenha sido com recursos captados junto à iniciativa privada).

Por um Hospital Universitário para a UEFS

"Precisamos formar médicos maximamente eficientes e minimamente invasivos à integridade física, econômica e afetiva do paciente"

Professor César Oliveira

César Oliveira **Bodega do Leegoza**

cesaroliveira@tribunafeirense.com.br

Acalanto aos que amam

Queria poder escrever um texto bonito que fosse como uma garrafa de náufrago lançada às marés, que resgatasse os que amam em vão, os perdidos de desejos, os desesperançados, os que, cedo demais, se desfizeram da ilusão do amor.

Um texto que fosse como uma prece inaugural aos que duvidam; acalanto aos ouvidos cansados das juras vazias e aos doentes de sentidos que se consomem na miséria e glória das paixões, aos que se rendem ao desespero das ausências e se ferem nas arestas da incompletude e da saudade.

Um texto que fosse ameno como aquele vento breve, da manhã, quando abrimos a porta e nos lançamos destemidos, ao dia; que saciasse como seio de uma mãe ao filho com fome; que fosse seguro e acolhedor como os braços do pai a um filho com medo.

Queria escrever um texto compreensível em todas as línguas, inclusive aos brutos e aos que não se ouvem. Que guiasse os que se perderam na burocracia do cotidiano, que aquecesse os que, sozinhos, dormem com seus temores ao relento da solidão. Que abrandasse o coração dos que sofreram - que o amor é sempre esta armadilha - e os fizesse novamente ter uma leveza de neblina a cada recomeço, como só tem quem nada de braçada, entregue ao seu primeiro encontro.

Queria a sabedoria de um monge e a habilidade de uma rendeira para tecer um texto em que inventasse só palavras novas, a serem todas inauguradas amanhã, pelos olhos das amadas. Que removesse o encardido da alma que vai ficando em quem se magoa mesmo com as mínimas desatenções - arisco que é o amor -, e a angústia e incerteza que imobiliza os lábios. Que fosse belo e com a suavidade do orvalho e fosse necessário como o pão, com fios de linho de afeto e amor, onde secassem as lágrimas que choram as mulheres que sonham e se doam. Queria escrever um texto que pudesse ser puxado como cobertor nas noites de frio e desamparo. E ele tivesse tua medida exata, mulher.

César Oliveira

E aí, secretário?

O cidadão baiano, embevecido com o carnaval, especialista em sobrevivência, portador de fé inabalável na sorte, precisa mesmo da proteção do Senhor do Bonfim para escapar da violência. Afinal, temos a inacreditável taxa de 54 homicídios por 100 mil habitantes em Salvador e Feira entrou na lista das 30 mais violentas do mundo.

Na inacreditável rotina de um banco assaltado por dia, a Bahia vai se convertendo em um caso para estudo do crescimento da violência e da limitação da resposta policial. Um insucesso que precisa ser explicado à Sociedade por dirigentes políticos e policiais. Em uma mesma semana o Banco do Brasil de Conceição do Jacuípe e de Jacobina voaram pelos ares.

Impressiona a facilidade de obterem explosivos, sem controle, o domínio da técnica, o armamento pesado, o deslocamento sem levantar suspeitas, as fugas sem pistas, os recursos não encontrados. Há algo de muito errado em tudo isto. A sociedade exige resposta.

O Secretário de Segurança precisa se dirigir à população e a polícia mostrar resultados ou apontar quais são as limitações. Não se pode conviver com o estado de pânico como vive a ex-pacata Berimbau (terceira vez) e o piemonte Jacobinense.

Homenagem aos vivos

Como dizia Tomas Antonio Gonzaga: as glórias, que vêm tarde, já vêm frias. Acho tolice que alguém só possa ser homenageado depois de morto. A vida deve ser vivida em sua plenitude - glória e ocaso - em seu tempo real, como benefício, ou prejuízo, de cada um. Por isto acho injusto que aqueles que construíram uma biografia com mérito não possam ser reconhecidos em vida, não possam ver que sua obra teve a aprovação de seus pares.

A lei atual deveria ser modificada, entretanto seria preciso respeitar regras para evitar o personalismo desenfreado que nossos políticos já praticaram, inclusive na Bahia e em Feira de Santana. Acho que poderia ser assim:

Art 1º - cidadãos, vivos, poderão ser homenageados com nomes em logradouros públicos desde que já tenham completado a idade mínima da expectativa média de vida da população brasileira, calculada pelo IBGE, e atualmente em 74 anos.

Art 2º - Cidadãos que tiveram perda de mandato, que tenham sido cassados em seus direitos políticos, em regime democrático, ou tenham condenação judicial por crime comum, não poderão ser homenageados.

Art 3º - Políticos no exercício do mandato ou parentes destes, não poderão ser homenageados.

Com a discussão aberta poderiam surgir outras regras, como, por exemplo, limitação do número de homenagens, afinal, post-mortem nos bastaria a redenção dos céus.

Festival de Besteira que Viraliza - FEBEVI

1- Criticar uma família por vestir uma criança com farda policial, um símbolo da legalidade e da lei, como se o filho não pudesse ter orgulho do trabalho legítimo do pai.

2- Criticar, absurdamente, mulheres, por amamentar em público o filho com fome, como se peito escandaloso fosse o que alimenta e não o carnavalesco.

3- Ministério Público da Bahia, refém, ao primeiro grito, obrigar Bell a mudar letra de música, em ato digno da censura do AI-5.

4- Proposta de cota de atores negros para o Oscar.

À moda de Cunha e Lula

O cidadão chega em casa na quarta-feira de cinzas e a mulher vem pra cima - Quem era aquela loira que tava lhe beijando no bloco?

- Eu não sabia que tinha alguém me beijando no bloco não. É fofoca de inimigos. Leia o que estão dizendo do Lula.

- Não seja cínico. Eu tenho 111 fotos de você e sua amante juntos

- Ela não é minha amante. É de um amigo. Eu sou apenas usufrutuário...

O risco do vazio da autoridade

Toda vez que há um vazio de autoridade - qualquer autoridade-, um vácuo, existe uma tendência a que outra pessoa ou grupo ocupe este espaço, e o ocupa, não para resgatar a autoridade segundo os padrões de comportamento ou lei já estabelecidas, mas sob os seus próprios padrões, que, modo geral, lhe são convenientes e oportunos, ainda que não o seja para o resto da população.

A omissão da Europa em tomar posição diante dos muçulmanos por conta da sensação de culpa ancestral e do manipulador discurso do multiculturalismo; a omissão, antes de Joaquim Barbosa e Moro, da Justiça brasileira em punir os corruptos, são exemplos.

Na Europa, França em especial, o preço está sendo cobrado em vidas e temor. No Brasil, a ausência do exercício do poder limitador, da lei, especialmente do STF, permitiu aos partidos brasileiros, sem exceção, construírem este modelo de devassidão administrativa e política que mais que desviar recursos destrói o conjunto da sociedade e, muitas vezes, a deixa refém.

O exercício da autoridade e o cumprimento do que dela se espera é o que pode nos salvar. Seja na criação dos filhos ou no exercício da Presidência.

@cesaroliveira10

@Ainda bem que agora só falta a semana santa, a micareta e o São João pro ano começar ! Vem ni mim 2016

@Lula tem dois problemas: o compadre e o compadrio

@Confiar em Aécio Neves como líder da oposição é acreditar que Romero está fora da regra do jogo

@A internet libertou o mundo adormecido da truculência, que vivia oculta, não percebida, e que frequentemente inibe a liberdade e a opinião

@Irã enriquece urânio, Brasil enriquece políticos. Cada um enriquece a bomba que tem!

@Honestidade de político é como o Ponto G das mulheres. Todo mundo diz que tem, mas é a coisa mais difícil do mundo de achar..

@Há uma nova ordem jurídica. Enquanto a velha ordem não morre, Kakay, Nilo Batista, manifesto de 104 criminalistas, são só sintomas mórbidos da transição

@Governo é algo escolhido pelo povo com o objetivo de oferecer-lhe o máximo incomodando-lhe o mínimo. No Brasil, é o contrário

@Indústria de velas cresce em meio a crise: tá todo mundo acendendo uma pra Deus outra pro diabo. Ou pro governo. O que dá no mesmo

@Propaganda do PT diz que Lula continua morando no coração do povo. Com mania de reformar imóvel que não é dele é capaz de aparecer construtora querendo pagar safena nova, stent.

@Carnaval atrás do trio: DVD ,freezer e microondas!

@Este negócio de superstição é uma tremenda bobagem. Roberto Carlos acorda todo dia com o pé esquerdo e tem uma vida de Rei

@O leite de vaca pelo teor protéico. O feminino pela embalagem

@É certo que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço. Prova disto é o frenético entra e sai quando se tenta

@Vírus zika pode estar disseminando vontade de criar teoria conspiratória sobre sua origem

Microcefalia

Para ser rigoroso cientificamente ainda não está provada a ligação entre o vírus e a lesão. O que temos até o momento é só uma possível associação. Isto não impede que as medidas preventivas estejam sendo orientadas corretamente. Não exige pânico, não se deve repetir como certeza o que ainda não é definitivo na ciência, mas não podemos relaxar nos cuidados por conta disso.

Trincheira do BRT vai ser concluída

Prefeito convocou coletiva para anunciar decisão sobre BRT

GLAUCO WANDERLEY

O prefeito José Ronaldo anunciou em entrevista coletiva na tarde de ontem (11) que, independente da manifestação final da Justiça sobre as obras do BRT, vai concluir a trincheira que está em construção na avenida Maria Quitéria e as estações destinadas aos ônibus do sistema na avenida Getúlio Vargas.

A decisão do prefeito se dá após o posicionamento do juiz federal Marcel Peres, que concedeu liminar em ação movida pelas defensorias públicas do estado e da União, mandando suspender o contrato da prefeitura com a Caixa, que financia o projeto.

Como a liminar não mandou suspender a obra, o município entende que deve continuar o serviço iniciado, com sobras do que já foi repassado e recursos próprios, até que a Justiça tenha uma decisão final sobre a ação. "Para não deixar aquela região da cidade fechada, prejudicando as pessoas que têm comércio ali, decidimos continuar com recursos da própria prefeitura", explicou o prefeito.

Na coletiva, o prefeito não soube estimar com precisão quanto custará concluir os pontos mencionados, mas acredita que será abaixo de R$ 10 milhões. "Acho que R$ 8 milhões, R$ 7,5 milhões, aproximadamente, para concluir o que falta ali", calculou, referindo-se à trincheira e ressaltando que a maior parte do serviço está pronto.

Ronaldo acrescentou que o governo ainda faz contas para avaliar se poderá também concluir a pista de cooper em construção no canteiro central da Getúlio Vargas. Mas a aposta maior é em reverter a decisão liminar, retomar o contrato integralmente e concluir o BRT.

TRINCHEIRAS

A construção de trincheiras para melhorar o tráfego é uma promessa da campanha eleitoral de 2012 de Ronaldo. Além da Maria Quitéria, outra está prevista para o cruzamento da João Durval com Presidente Dutra. Na coletiva o prefeito enfatizou a importância do túnel, como ele prefere chamar. "É um grande engarrafamento de carros, então as pessoas vão ter uma agilidade no tráfego muito maior na avenida Getúlio Vargas e na própria avenida Maria Quitéria. Queremos agilizar para o povo sentir a importância dessa obra", justificou.

As trincheiras foram incorporadas à proposta original do BRT e são inclusive um dos pontos questionados pelos críticos do projeto, inclusive na ação dos defensores públicos.

Segundo orçamento fornecido pelo governo à Tribuna Feirense no ano passado, as duas trincheiras somadas custarão R$ 29,8 milhões (não foi discriminado o valor individual de cada uma).

Na ação judicial os defensores argumentam que trata-se de um gasto excessivo dentro do projeto de R$ 86 milhões, pois este deveria ser voltado à mobilidade do trabalhador, mas as trincheiras (que representam 35% orçamento total) não servem ao transporte coletivo, já que serão instaladas em trechos fora das pistas exclusivas do BRT onde rodarão os coletivos.

Na entrevista de ontem o prefeito esclareceu que o município só tem recursos para concluir o que foi começado e por isso a intervenção na João Durval com Presidente Dutra só ocorrerá se a prefeitura conseguir reverter a decisão judicial.

Juiz viu "desvirtuamento da ideia original"

O juiz federal Marcel Peres decidiu na sexta-feira (05), conceder liminar na ação da Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União, que se uniram ano passado recorrendo à Justiça contra o governo federal e a Caixa, que fez o empréstimo para execução do BRT.

A decisão é provisória e as partes vão apresentar seus argumentos para que o Judiciário possa dar a palavra final. Ao justificar a concessão da liminar, o juiz rejeitou uma série de argumentos da prefeitura.

Outro ponto negativo para o governo municipal foi que, chamado a se manifestar, o Ministério Público Federal concordou com os argumentos dos defensores públicos e pediu para ser incluído como autor.

O juiz demonstra concordância com aspectos essenciais da ação, e cita relatório elaborado por técnicos do Ministério das Cidades, que acusou alterações no projeto original, como a redução do trajeto inicialmente previsto para toda a extensão da João Durval, chegando até o Tomba.

Um argumento inicialmente acatado pelo juiz é que as trincheiras consomem parte significativa do recurso, mas servirão para o transporte particular e não coletivo. Marcel incluiu em sua decisão de 18 páginas críticas inseridas na nota técnica do Ministério das Cidades, que suspendeu por algum tempo o projeto no ano passado, para avaliação.

"A prefeitura de Feira de Santana efetuou grandes modificações no objeto selecionado, as quais o Ministério das Cidades não foi consultado", diz trecho do documento citado pelo juiz. Marcel então conclui que "os indícios apontam para um provável desvirtuamento da ideia original".

Mesmo o fato do próprio Ministério ter depois autorizado o reinício da obra "não afasta automaticamente as irregularidades apontadas", segundo o juiz, já que as objeções foram feitas por agente público "que presumivelmente detém competência e expertise".

PRÉ-REQUISITOS

O juiz também se mostrou sensível a um dos principais argumentos dos defensores, a ausência de plano diretor e de mobilidade adequados. "As evidências apontam para a inexistência de Plano Diretor atualizado, exigência contida no Estatuto das Cidades há mais de uma década, e que aparentemente o réu não cumpriu", diz o texto da decisão.

Quanto à ausência do plano de mobilidade, Marcel ressalta que é pré-requisito para recebimento de recurso federal. Ele reproduz na decisão o artigo 24 da lei 12.587 de 2012. E coloca em negrito o parágrafo 4º do inciso XI, onde se diz que os municípios teriam três anos para elaboração de seus respectivos planos. E, além do negrito, sublinha o trecho que diz que quem não cumprir o prazo não pode receber recurso federal para mobilidade enquanto não regularizar a situação.

Para o juiz, "a cautela indicaria a suspensão do procedimento" de licitação. Embora ainda dependa da apresentação da defesa das partes, Marcel conclui na decisão liminar que a situação "pode apontar para eventual irregularidade na liberação das parcelas".

AÇÃO PROCEDENTE

O juiz rejeitou diversos argumentos da prefeitura que tencionavam matar a ação no nascedouro como improcedente. O governo municipal questionou a competência da Justiça federal para o caso. Como a ação é contra a Caixa e a União, Marcel descartou o argumento.

O município disse também que se trata de mera operação de empréstimo bancário, sem interesse da União, o que o juiz não acatou, porque o recurso é oriundo do FGTS.

A defesa quis ainda anular a ação dizendo que já havia outra igual na esfera estadual, mas o juiz observou que as partes são diferentes.

Até a legitimidade da Defensoria para propor a causa foi contestada pelo município. O juiz rebateu citando decisão do STF que confirmou a competência da Defensoria em "interesses transindividuais". De qualquer modo, ele lembra, como o MPF entrou na ação, mesmo que a Defensoria não tivesse competência, o processo poderia seguir.

Fundado em 10.04.1999
www.tribunafeirense.com.br / redacao@tribunafeirense.com.br
Fundadores: Valdomiro Silva - Batista Cruz - Denivaldo Santos - Gildarte Ramos

Editor - Glauco Wanderley
Diretor - César Oliveira
Editoração eletrônica - Maria da Piedade dos Santos

OS TEXTOS ASSINADOS NESTE JORNAL SÃO DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.

Rua Quintino Bocaiuva - 701 - Ponto Central - CEP 44075-002 - Feira de Santana - PABX (75)3225.7500/3021.6789

Colecionador sonha em criar o museu do cordel

Nos últimos dez anos, Jurivaldo Alves da Silva, que prefere ser chamado de folheteiro e não de cordelista, montou uma coleção de mais de quatro mil títulos deste tipo de literatura. É uma das maiores que se tem conhecimento. Com eles pretende fundar um museu.

Os folhetos estão guardados numa chácara, onde, se dependesse da sua vontade, já estava montado e aberto à visitação pública de admiradores das rimas e estudiosos do tema. Esbarrou nas dificuldades financeiras. Na ponta do lápis, as contas são mais difíceis de fechar do que uma sequência de rimas. A concretização do sonho vem sendo adiada.

No seu acervo constam folhetos centenários, verdadeiras relíquias, como "A história da donzela Teodora", do paraibano Leandro Gomes de Barros, considerado o pai do cordel no país, que Jurivaldo diz ser a primeira publicação do gênero. Outro clássico é a "Peleja do Cego Aderaldo com Zé Pretinho", de Firmino Teixeira do Amaral, publicado em 1916. Outros são "Proeza de João Grilo", "Cavalo que defeca dinheiro" e "Enterro da cachorra", de João Pereira de Lima, nos quais Ariano Suassuna se

Washington Nery

A grande variedade exibida na banca do MAP é apenas uma amostra da rica coleção do folheteiro

inspirou para escrever a renomada peça teatral "Auto da Compadecida".

O colecionador ainda procura o raro "Direito de nascer", de Manoel de Almeida Filho, o maior cordel já escrito, com 900 estrofes. "Pago cem reais pelo livro", anuncia. O valor oferecido é, em média, 20 vezes maior do que o preço dos cordéis que vende na sua banca montada no MAP (Mercado de Arte Popular).

Do tempo de folheteiro, lembra que o campeão de vendas era "ABC dos namorados", que ensinava algumas técnicas de como se tornar um conquistador – na linguagem contemporânea um pegador.

Depois de percorrer o sertão vendendo os folhetos, ele parou em Feira de Santana, montou uma barraca na praça da Bandeira, onde ficou por anos – e se tornou uma referência na cidade, onde mantém uma banca no MAP (Mercado de Arte Popular). Disse que sentiu que na cidade faltava um local onde o cordel fosse a principal atração e agora tem um público fiel.

Folheteiro é uma atividade cada vez mais rara. Era aquele sujeito que percorria as feiras-livres de cidades nos quatro pontos cardeais, para vender os livrinhos que em rimas contam histórias de amor, separações, sofrimentos, brigas, intrigas, cangaço. A atividade é secular. Para garantir as vendas, o folheteiro tinha que ser, acima de tudo, um bom ator. Dominar a cena. O tom de voz. Ter bom domínio de palco. Mexer com a imaginação dos espectadores. E oferecer a mercadoria na hora certa. "Deve ter muginganga", receita Jurivaldo "para saber que homens gostam de histórias de Lampião, de cabras valentes. E as mulheres se derretem com relatos amorosos".

Aos 73 anos – quase 40 deles dedicados ao cordel, a vida de Jurivaldo Alves da Silva daria um bom folheto. Diz que aprendeu o ofício de folheteiro por necessidade, ainda analfabeto e já adolescente.

Ainda recita "Os perigos de Fernando e Joventina", de Antônio Alves da Silva, história que considera que mudou a sua vida, na qual se relata a briga do filho de um fazendeiro na rua do Meio, atual Sales Barbosa, durante anos zona do baixo meretrício. Tinha acabado de chegar de Baixa Grande, onde nasceu, "bem no meio da confusão para a eleição de Chico Pinto", lembra ele, com o tom de voz que parecer estar sempre declamando.

Na pensão onde morou, conheceu Antônio Alves. Como ainda não era alfabetizado, decorou o cordel e se tornou folheteiro, como meio de vida e percorreu as veredas do sertão. Decorou outros, mas aos 17 anos resolveu que seria motorista e aprendeu a ler e a escrever para tirar a carteira.

Estudou até o quinto ano – naquela época para ingressar no ginásio o estudante tinha que fazer o exame de admissão, um vestibulinho. Deixou a literatura de lado por algumas décadas. Neste período se empregou, fundou uma pequena empresa que não resistiu aos solavancos promovidos pelo Plano Cruzado. Voltou a ser empregado.

Há quase 20 anos voltou ao cordel e é na barraca do MAP que Jurivaldo espera ser a última parada da sua vida. Voltou quando reencontrou o homem que despertou a sua paixão por este tipo de literatura. Tinha mudado de religião e resistiu aos apelos de Antônio para que desse uma 'palhinha' de Fernando e Joventina. Mas cedeu. "Decidi que lembraria de tudo. Aos poucos eles foram saindo. Quando terminei, mostrei a Antônio, que me disse que algumas passagens não existiam no original, mas que me revelara cordelista. E assim me tornei um deles", rememora.

A freguesia é cativa. "Vendo muito para outros estados, como São Paulo". José Paulo dos Santos é um cliente. "Gosto de cordel desde criança. Cordel, circo e repente não deveriam acabar nunca".

André Pomponet

Economia em crônica

andrepomponet@hotmail.com

A culpa da crise é dos barnabés

Talentoso redator e cronista consagrado, Rubem Braga escreveu cerca de 15 mil crônicas numa extensa e prolífica carreira jornalística. Testemunhou a Segunda Guerra, exaltou o mar, o céu, a lua e as estrelas, injetou lirismo no cotidiano, divagou sobre o amor e as mulheres, contou inúmeros causos e encantou seus leitores rememorando a infância em Cachoeiro do Itapemirim. E, num texto inusitado, viu-se buscando confortar uma moça que, aprovada em concurso público, jamais foi convocada para assumir o cargo e exercer suas funções.

Episódio triste: horas de estudos intensos, embaladas por sonhos e expectativas, a tensão e o medo acossando-a para, adiante, experimentar o êxtase da aprovação. Por fim, o lamentável desfecho: jamais foi convocada. Numa carta, pedia conselho ou orientação. Pesaroso, o velho Braga constatou que questões do gênero resolviam-se com o "pistolão", a tradicional cartinha do político amigo.

Reza a narrativa oficial da administração pública brasileira que, lá por meados dos anos 1930, Getúlio Vargas tentou endireitar a coisa, instituindo concurso, exigindo profissionalismo. Acabar-se-ia, então, o habitual apadrinhamento legado pelo Império, gulosamente apropriado pela oligarquia da República Velha. Como sempre, discurso e prática enveredaram por trilhas divergentes: admitiam-se alguns por mérito e seleção pública; a imensa maioria, no entanto, chegava selecionada a dedo, indicada pelos amigos.

Décadas depois, no alvorecer da chamada Nova República – meados dos anos 1980 em diante – o câncer do apadrinhamento ainda carcomia a administração pública. Para erradicá-lo, a Carta Magna de 1988 exibia intenções drásticas: admissão de servidor público, só mediante concurso público. Como todos sabem, a deplorável "criatividade" dos políticos brasileiros contornou, matreira, o embaraço. E a coisa se arrasta, imutável, até os dias atuais.

É assim que, hoje, coexistem duas categorias de servidores públicos: aqueles admitidos mediante concurso; e uma fauna heterogênea que integra o staff dos cargos de confiança e os penduricalhos administrativos que foram forjados ao longo dos anos, como o Reda, o PST e outras siglas polêmicas. Embora não se aplique a todos os casos, o recurso sempre serviu para pendurar na administração pública a máquina fisiológica que gravita em torno das campanhas eleitorais.

Barnabés

Na média, quem ostenta "pistolão" transita pelos gabinetes elegantes das chefias, emite opiniões austeras em reuniões solenes, exerce a prerrogativa da "representação" em incontáveis solenidades e, quase sempre, é agraciado com mimos que tornam menos insossa a vida nas repartições: carro oficial na porta de casa, diárias, viagens, recepções e a impagável intimidade do poder.

Os barnabés – aqueles servidores aprovados mediante concurso – costumam figurar nesses ambientes como estorvos: preguiçosos, pusilânimes, passivos, omissos, sem iniciativa e, quando as crises econômicas arrebentam, como agora, são premiados com parte da culpa pelo descalabro econômico. Nessas ocasiões, figuram como protagonistas das medidas de austeridade.

Assim, desde o ano passado foram convocados para arcar com o ônus da crise: enfáticos, até abespinhados, governantes descartam reajustes salariais; os barnabés mais desafortunados amargam expressivos atrasos salariais ou pagamentos parcelados; e, de quebra, ouvem as indecorosas insinuações de que são corresponsáveis pela recessão, embora a culpa caiba inteiramente, nesse caso, a quem emergiu em êxtase das urnas. Tudo sob o silêncio cúmplice dos pelegos dos sindicatos, eles próprios beneficiários de inúmeros mimos.

Tenebrosas transações, a cada eleição, contribuíram para a formatação atual das instituições de Estado. Na média, é o incessante fluxo de apadrinhados e novos aliados que rege a criação de cargos pendurados em novos ministérios e secretarias. Nada muito republicano, a exemplo do que ocorria na República Velha. É natural, portanto, que a artilharia dos governantes de plantão foque, preferencialmente, os barnabés, já que nos próprios aliados não se pode atirar.

Sobre reforma administrativa que enxugue a máquina pública pejada de parasitas não se ouve nenhuma palavra. Afinal, todos integram as concertações eleitorais e, ao final das contas, julga-se que têm direito a uma sinecura qualquer. Exatamente como Rubem Braga constatou, lastimoso, sem uma palavra de conforto para a jovem que prestara concurso e que se vira ludibriada...

Sandro Penelu
sandropenelu@gmail.com

Cultura e Lazer

Mais dicas culturais em: www.infcultural.blogspot.com

Confissões de mulheres de trinta chega a Feira de Santana

Preocupações, amores, trabalhos, terrores e glórias das mulheres de 30 serão dramatizados nos dias 13 e 14 de fevereiro, no Centro de Cultura Amélio Amorim, no espetáculo "Confissões de mulheres de 30", a partir das 21h.

O casamento, primeiro namorado após a separação, filhos, ex-maridos, tipos de homem no amor, grandes sonhos, sexo e a preocupação com a maturidade são alguns dos assuntos abordados. Na cidade do Rio de Janeiro, durante o verão de 1993, dirigidas por Domingos Oliveira, quatro corajosas atrizes cariocas decidiram levar a público o que antes somente seria possível revelar em diários íntimos. Sua finalidade é traçar o perfil sociológico das mulheres de classe média na sua faixa etária.

"Confissões de mulheres de 30" ensina também que as jovens são quem melhor sonham o amor, as mulheres mais velhas o acham melhor e o conservam, enquanto que a mulher de trinta é quem melhor faz o amor.

Ingressos R$ 40,00 (inteira) e R$ 20,00 (meia).

Cartunista baiano expõe na forma virtual

A exposição digital do cartunista baiano Hélio Roberto Lage está disponível no site da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé e pode ser acessada no endereço www.bvconsueloponde.ba.gov.br. Na mostra, qualquer internauta possui acesso gratuito ao conteúdo disponibilizado e ainda pode fazer downloads de centenas de charges satíricas sobre política e governantes, tirinhas de humor, além das revistas que contaram com a colaboração de Lage, como a "Na Era dos Quadrinhos", "Coisa Nostra", "Pau de Sebo" e "A banda".

Arquiteto de formação, Lage se dedicou desde cedo ao desenho, tendo publicado charges no jornal Tribuna da Bahia por mais de 30 anos. Desenvolveu sua atividade de cartunista e se tornou um nome respeitado entre os que fazem humor em quadrinhos. De traço simples, conseguiu captar diversos momentos da história política na Bahia. Lage foi ainda o autor da capa e das ilustrações do Dicionário de Baianês, sucesso editorial de Nivaldo Lariú. Foi o primeiro artista a trabalhar com a charge eletrônica, por meio de um projeto do Irdeb, que, através da TVE, apresentou uma série de programas com suas charges e transpôs para a linguagem radiofônica suas tiras diárias, exibidas na Educadora FM. Em 1984 Lage foi premiado no Salão de Humor em Stuttgart, Alemanha, e em 1997 foi eleito o melhor cartunista brasileiro pelo Troféu HQ Mix.

SHOWS AO VIVO

SEXTA-FEIRA 12/02

ATRAÇÃO	LOCAL	HORA	ENDEREÇO
NUNO BAIA	Filozophia	21	Rua São Domingos
GELIVAR SAMPAIO E SEU GRUPO	Bengos Bar	21	Estação Nova
ALAN OLIVEIRA	Quiosque do Mazinho	21	Praça de Alimentação
ASA FILHO	Cidade da Cultura	21	Conjunto João Paulo
MAZINHO VENTURINI	Bar 14 Bis	22	Av. Getúlio Vargas

SÁBADO 13/02

ATRAÇÃO	LOCAL	HORA	ENDEREÇO
ELIOMAR SANTOS	Quiosque dos Amigos	20	Praça Duque de Caxias
CELLY NOBLAT	Quiosque do Mazinho	21	Praça Gilson Pedreira – Av. Getúlio Vargas
SANDRO PENELÚ E ALAN OLIVEIRA	Saigon Restaurante	21	Rua José Pereira Mascarenhas – Px. Ao Cortiço
ASA FILHO	Cidade da Cultura	21	Conjunto João Paulo
GELIVAR SAMPAIO E SEU GRUPO	Bengos Bar	21	Estação Nova

Dom Itamar Vian

Luzes no Caminho

di.vianfs@ig.com.br

Nossa casa comum

Todos os anos, durante a Quaresma, acontece no Brasil, a Campanha da Fraternidade. Neste ano o tema escolhido para a reflexão: "Casa Comum, nossa responsabilidade" e o lema "Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca" (Am 5,24). A proposta está em sintonia com a Encíclica do papa Francisco, "Laudato Si".

OBJETIVO da Campanha é assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas. Além disso, a Campanha visa: Estimular o conhecimento da realidade local em relação aos serviços de saneamento básico; Incentivar o consumo responsável dos dons da natureza, principalmente da água; Apoiar os municípios para que elaborem e executem o seu Plano de Saneamento Básico.

SANEAMENTO básico, segundo o Instituto Trata Brasil. "é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população, a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica". O abastecimento de água potável, o esgoto sanitário, a limpeza urbana... são medidas necessárias para que todas as pessoas possam ter saúde e vidas dignas.

A RESPONSABILIDADE pela Casa Comum é de todos: dos governantes e da população. As comunidades são convocadas, por esta Campanha da Fraternidade, a mobilizar, em todos os municípios, grupos de pessoas para reclamar a elaboração de Planos de Saneamento Básico e exercer o controle social sobre as ações de sua execução.

NEM SEMPRE estamos atentos para atitudes simples, por exemplo, o descarte correto do lixo, ligar nossas casas às redes de esgoto, cuidar da água, entre outras. A falta desses cuidados fere a Criação, de forma que, no lugar de flores, jardins e frutos diversos vemos esgoto a céu aberto e rios poluídos.

ASSUMIR a responsabilidade com a Casa Comum exige uma profunda mudança no estilo de vida e nos valores que orientam nossa ação. Nosso modelo de sociedade está baseado no consumo e na aparência. Para suprir essas necessidades, sacrificamos a Casa Comum, que é o espaço em que habitamos. No entanto, a fé em Jesus Cristo nos anima a assumirmos o cuidado com a Casa Comum como resposta ao amor incondicional que Deus oferece a cada um e cada uma de nós.

Feira de Santana, 11 de Fevereiro de 2016

Esclarecimentos e proposta sobre a reserva de carga horária para professor na rede municipal

A Prefeitura de Feira de Santana foi notificada, por ofício, através da direção local da APLB, que a rede municipal pode não iniciar o ano letivo 2016, caso a administração não atenda a uma reivindicação específica, conforme o documento: a reserva de carga horária para os professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Para que a sociedade seja devidamente informada, apresentamos esclarecimentos sobre o assunto.

O Poder Executivo criou, em 15 de maio de 2014, conforme decreto de nº 9.234/2014,

Comissão Especial para tratar da Implantação da "Lei do Piso" na Rede Municipal de Ensino do Município de Feira de Santana, a qual dispõe também sobre a redução de carga horária, matéria prevista em lei federal. Importante observar que o grupo de trabalho contou com a participação de representantes da APLB.

Realizado pelo período de seis meses, o estudo indica um quadro de profunda reflexão para que se possa partir para a aplicação da medida, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece limites para despesas com pessoal.

1. Necessidade de contratação de 610 novos professores, para atender a demanda de maneira imediata e de uma só vez.

2. Aumento na folha de pagamento em 20% por cento, que sairia de R$ 146.758.970,39 para 168.756.397,85 anualmente.

3. Além desses números, nos próximos três anos 697 professores estarão aptos a solicitar aposentadoria na rede municipal de ensino, fato que implicará na reposição desses docentes e, conseqüentemente, em aumento de despesa de pessoal.

Por outro lado, a Prefeitura de Feira de Santana aplica, atualmente, cerca de 90% dos recursos oriundos do Fundo de Valorização da Educação Básica (Fundeb) na folha de pagamento dos profissionais da Educação. Somente nos últimos três anos, a Secretaria de Educação convocou 490 professores concursados para compor o quadro docente.

Um detalhe importante: Professores do Ensino Fundamental I e da Educação Infantil recebem 15% de gratificação para realização de planejamento de suas atividades pedagógicas fora do horário de trabalho. Por sua vez, os professores que atuam no Ensino Fundamental II já dispõem de reserva de carga horária.

A administração de Feira de Santana está disposta a dialogar e encontrar caminhos para enfrentar as dificuldades econômicas conhecidas do atual cenário e buscar a implantação da reserva de carga horária para os professores da rede municipal. Nessa direção, a Secretaria de Educação apresentou, em 2015, proposta de aplicação gradativa da medida.

Lamentavelmente, a sugestão foi recusada pela direção da entidade, que se mantém intransigente no propósito de mudança imediata e integral.

Para melhor compreensão dos fatos, é importante considerar que o minucioso estudo, realizado pela comissão da qual a APLB fez parte, foi apresentado e analisado também pelo Ministério Público.

Em audiência realizada no Ministério Público em 1º de julho de 2015, a pedido da própria APLB, a Promotoria propôs, e a APLB acatou, que a entidade realizasse outro estudo para estabelecer comparativo com o que foi feito pela Comissão Especial. Porém, até a presente data a Secretaria de Educação desconhece a concretização do estudo por parte da diretoria da APLB. E no segundo semestre de 2015, a Secretaria de Educação foi comunicada que a APLB retirou a representação que tratava do assunto.

No Brasil, em um universo de mais de 5.500, são poucos os municípios que conseguiram aplicar a reserva de carga horária para todos os professores. A Prefeitura de Feira de Santana quer implantar a medida. Para isto se dispõe a sentar à mesa de negociações e alcançar uma solução. O Governo Municipal reitera, assim, o desejo de se unir aos professores no esforço para ampliar os avanços na educação das nossas crianças e adolescentes.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL
DE FEIRA DE SANTANA

Antônio Moreira Ferreira
Membro da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana

História dos Institutos

Feira de Santana chegou, mas chegou com 165 anos de atraso. É essa a diferença do tempo em que foi fundado o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) e o IHGFS (Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana. O primeiro em 18 de Agosto de 1838 com 27 sócios fundadores e o da Feira em 2003 com 22.

A revista do primeiro Instituto, lançada em 1839, é a mais longeva das publicações especializadas do mundo ocidental.

Na internet, no site da REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, tem páginas de pesquisas em arquivos, bibliotecas, hemeroteca, iconoteca e tudo mais que é importante aos historiadores, pesquisadores dos diversos setores e para todos os intelectuais.

Um pequeno exemplo da grandeza do acervo é a história do nosso conhecido Farol da Barra, que foi publicada na Revista Comemorativa dos 175 da fundação do Instituto, onde está a planta e fachada do Forte de S. Antonio da Barra, com a descrição da 0bra:

"No final do século XVII o forte de Santo Antonio da Barra, em Salvador, foi refeito para receber um farol, o primeiro do Brasil e o mais antigo do Continente. Esta planta traz um raro registro do antigo farol, iluminado pela primeira vez em 1698, passando o forte a se chamar Da Vigia da Barra ou Farol da Barra"

A revista, que tem 719 páginas, traz, em resumos e amostragens dos mais diversos setores da historia do Brasil, com muitíssimos documentos importantes e inéditos, registros que fazem do acervo a maior fonte de pesquisa brasileira, bem maior que a Biblioteca Nacional, porque além do universo de livros raríssimos, tem documentos, pinturas, fotos e peças de museu.

Como disse no início, chegamos; mas ainda estamos engatinhando .O número de participantes ativos é pequeno, Mas a partir deste mês vamos procurar voluntários, auxílios dos poderes públicos e privados, para fazer do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana o orgulho dos feirense no seu primeiro centenário em 2103.